



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Deputado que este subscreve, com amparo no § 2º do art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina, c/c o art. 197 do Regimento Interno deste Poder, requer, após deliberação do Plenário, seja encaminhado ao Senhor **Secretário de Estado da Segurança Pública**, o presente **Pedido de Informação**, nos seguintes termos:

Diante dos fatos veiculados recentemente, vídeos que circulam nas redes sociais mostram um policial militar dando um tapa no rosto de uma mulher caída no chão durante uma abordagem em Florianópolis, em uma ação desencadeada após reclamações sobre som alto em um evento local.¹ Em Braço do Norte, também foi divulgado um vídeo em que uma mulher é imobilizada e jogada no chão por um policial militar durante uma abordagem em um posto de gasolina, em meio a uma ação policial.² Em ambos os casos houve agressão e uso desproporcional da força sobre mulheres já imobilizadas pelos oficiais.

1. Quais providências administrativas e disciplinares foram adotadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e pela Corregedoria-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina em relação aos fatos amplamente divulgados por meio de registros audiovisuais nas redes sociais, que indicam possível atuação irregular de policiais militares, especialmente no que se refere à abordagem, uso da força e condução de cidadãos?

2. Se a Secretaria de Estado da Segurança Pública e/ou a Corregedoria-Geral da Polícia Militar instauraram procedimento administrativo, sindicância ou inquérito para apurar as condutas de policiais militares envolvidas nas ocorrências amplamente divulgadas pela imprensa nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2026, nas quais mulheres foram imobilizadas no chão e sofreram agressões físicas durante abordagem policial;

Em caso afirmativo, informar:

2.1 o número do(s) procedimento(s);

2.2 a fase atual da apuração;

2.3 as medidas cautelares eventualmente adotadas em relação aos agentes envolvidos.

3. Quais protocolos operacionais padrão orientam a atuação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina em abordagens policiais envolvendo pessoas já imobilizadas ou em situação de vulnerabilidade, especialmente no que se refere:

3.1 ao uso progressivo da força;

3.2 à vedação de agressões físicas desnecessárias;

3.3 à proteção da integridade física e psicológica da pessoa abordada.

4. Informar se existem orientações institucionais, procedimentos operacionais padrão ou protocolos específicos com perspectiva de

gênero relativos à abordagem policial, contenção física e uso progressivo da força em face de mulheres, especialmente considerando a possibilidade de estarem gestantes, puérperas ou em período de amamentação, encaminhando, em caso positivo, cópia das normativas aplicáveis.

5. Se os procedimentos adotados pelos policiais militares nas ocorrências mencionadas estão em conformidade com os protocolos institucionais, normas internas da corporação e com a legislação vigente, em especial no que se refere aos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e respeito aos direitos humanos.

6. Se os policiais militares envolvidos nas ocorrências noticiadas faziam uso de câmeras corporais (bodycams) no momento dos fatos; em caso negativo, informar se as unidades às quais pertencem estão contempladas em programa de implantação desse equipamento; e, ainda, quais são as diretrizes, cronograma e critérios atualmente adotados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública para a implementação, ampliação e fiscalização do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, especialmente como instrumento de transparência, controle da atividade policial e proteção tanto da população quanto dos próprios agentes.

7. Quais medidas de formação, capacitação continuada e treinamento com perspectiva de gênero a Secretaria de Estado da Segurança Pública vem adotando, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, para prevenir abusos de autoridade e o uso excessivo da força por parte de policiais militares, indicando:

6.1 carga horária;

6.2 conteúdos programáticos;

6.3 número de agentes capacitados.

8. Quais mecanismos de controle, monitoramento e responsabilização institucional estão atualmente em funcionamento para coibir práticas de violência policial e assegurar a apuração célere e transparente de eventuais desvios de conduta no âmbito da Polícia Militar do Estado.

9. Quais medidas e ações a Secretaria de Estado da Segurança Pública adotará para coibir ações desta natureza de forma sistemática?

10. Quais providências institucionais vêm sendo adotadas para garantir que a atuação policial esteja alinhada à proteção da cidadania e ao Estado Democrático de Direito?

Sala das Sessões,

Deputado Marcos José de Abreu – Marquito

Notas:

1. Fato 01: PM dá tapa no rosto de mulher caída durante ocorrência em Florianópolis. Do UOL, em São Paulo: 08/02/2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2026/02/08/pm-santa-catarina-bate-rosto-mulher-caida-ocorrendia.htm>

2. Fato 02: Mulher é jogada no chão por PM durante abordagem em posto de gasolina em SC: *Caso aconteceu na madrugada de sábado (7), após ela se aproximar de um homem que estava sendo revistado e algemado por outro agente. PM disse que vai instaurar sindicância.* Do G1 SC e NSC TV, 09/02/2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2026/02/09/mulher-jogada-no-chao-por-pm-video.ghtml>



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Marcos José de Abreu**, em 10/02/2026, às 14:45.
